

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



Ministério da Justiça
Secretaria dos Direitos da Cidadania
Coordenadoria Nacional para Integração
da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE

MÍDIA E DEFICIÊNCIA: Manual de Estilo

3ª edição

Biblioteca - Ministério da Justiça



MJU00057641D15



Brasília
1996

F
362.4
M627m
Dep. Legal

BIBLIOTECA	DATA	Nº REGISTRO
	22/05/00	375



Ministério da Justiça
Secretaria dos Direitos da Cidadania
Coordenadoria Nacional para Integração
da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE

MÍDIA E DEFICIÊNCIA: Manual de Estilo

3ª edição

MS BIBLIOTECA

175981

F
362.4
M 627m
3. Ed
Dep. Legal

Brasília
1996

Ministério da Justiça
Secretaria dos Direitos da Cidadania
Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de
Deficiência — CORDE
Palácio da Justiça
Esplanada dos Ministérios, Bloco “T”, Anexo II — 2º andar
70064-900 — Brasília/DF
Fones: (061) 226-7715 — 218-3128 — 225-3419
Fax: (061) 226-7715

Normalização: Elisabeth Kátia Vianna Resende (MJ/CDB)

F Mídia e Deficiência: Manual de Estilo. — 3. ed. —
362.4 Brasília: CORDE; Centro de Vida Independente do
M627m Rio de Janeiro, 1996
3.ed.
32 p.: il.

1. Portador de deficiência. 2. Integração Social. 3.
Meios de Comunicação

SUMÁRIO

PREFÁCIO, 05

APRESENTAÇÃO, 07

CRÉDITO DAS FOTOS, 09

1. INTRODUÇÃO, 11

2. AVALIAÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL - DA TUTELA À
CIDADANIA, 12

3. CONQUISTAS NA PRÁTICA, 14

4. DEZ PROPOSTAS PARA UMA BOA ABORDAGEM, 17

5. DEFICIÊNCIA MENTAL E IMAGEM SOCIAL, 26

6. TERMINOLOGIA, 28

ANEXOS

- Entidades Representativas Nacionais e Bibliografia, 30



Fotografia autorizada por Poly Design para o folheto das Nações Unidas: Melhorando as comunicações sobre as pessoas com deficiência, Viena, 1982.

PREFÁCIO

As pessoas devem "**viver**" na comunidade, não apenas "**sobreviver**". Esta afirmação não exclui ninguém. Todos devem ter oportunidades iguais para que o seu direito de cidadão seja realmente respeitado, permitindo, inclusive, a reciprocidade que marca o relacionamento interpessoal: direitos e deveres.

Para que tal fato ocorra, é indispensável que a hierarquização da pessoa no contexto social igualitário seja insistentemente cobrada.

Um ponto de partida para se efetivar a integração social das minorias (como, por exemplo, pessoas portadoras de deficiência), é o estabelecimento de certas definições básicas, considerando suas implicações para o tema "normalização/integração".

A integração familiar e sociocultural do cidadão deve ser definida como o processo de se permitir, sistematicamente, que todas as pessoas tenham acesso aos recursos, bens e serviços coletivos.

É quando nos deparamos com os "pré-conceitos", oriundos da desinformação, que muitas vezes levam a sociedade a subestimar a potencialidade e a capacidade das pessoas, gerando discriminação, estigmas e preconceitos.

Os meios de comunicação de massa surgem, portanto, como uma das principais alternativas para reverter o quadro de desconhecimento sobre os impedimentos, deficiências e limitações, pois, ao abordarmos corretamente estas questões, com certeza estaremos criando as condições necessárias para que a sociedade atente para o fato de que, mesmo portando alguma deficiência, as pessoas podem e devem participar do processo de convivência plena.

Com esta preocupação, a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portador de Deficiência (CORDE) elaborou, conjuntamente com o Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro (CVI/RJ), o documento **Mídia e Deficiência: Manual de Estilo**, contribuição que, temos certeza, favorecerá a compreensão da amplitude da dinâmica e integração das pessoas portadoras de deficiência como cidadãos independentes e capazes de gerenciar sua vida na comunidade, quando são oferecidas oportunidades e condições adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades.

MARIA DE LOURDES CANZIANI
Coordenadora Nacional - CORDE

APRESENTAÇÃO

No mundo velocíssimo de hoje, onde as distâncias se tornam cada vez menores, devido à agilidade dos meios de comunicação, o volume de informação que recebemos é enorme. Nem sempre a quantidade corresponde à qualidade. Todos nós permanentemente formamos idéias sobre pessoas e situações, baseados em informações parciais recebidas de diferentes fontes. Muitas vezes, não percebemos o quanto julgamos e decidimos sobre **como as pessoas são ou deixam de ser**.

Com tanto poder nas mãos daqueles que produzem informação, cresce a responsabilidade social dos profissionais de comunicação. Cabe a eles refletir constantemente sobre a importância de seu papel de formação de opinião pública e de transformação social.

A abordagem e a terminologia utilizadas pelos meios de comunicação de massa ao mesmo tempo refletem na interpretação da sociedade sobre os principais temas de interesse coletivo. Se a informação não é cuidada, acaba reforçando estímulos e posturas preconceituosas transmitidos culturalmente, que podem significar, no mínimo, um empecilho à evolução e ao desenvolvimento social.

Enquadram-se nesta análise os grupos segregados: negros, índios, mulheres, portadores de deficiência, entre outros. A proposta deste Manual é informar e esclarecer **os profissionais da área de comunicação** sobre conceitos referentes ao segmento dos portadores de deficiência, visando minimizar o estigma e o preconceito e facilitar a inserção social deste segmento que soma hoje cerca de 15 milhões de pessoas no Brasil.



CRÉDITO DAS FOTOS

- Foto 1 - Poly Design, em "Melhorando as Comunicações sobre Pessoas com Deficiência", Viena: Nações Unidas, 1982.
- Foto 2 - Norma Pottel, Fundação Leonardo Cheshire, Nações Unidas, 1981.
- Foto 3 - National Easter Seal Society, Illinois, EUA.

1. INTRODUÇÃO

Aplicando-se o percentual estimado pela Organização Mundial de Saúde, 10% da população brasileira são compostos de pessoas portadoras de deficiência, assim distribuídos:

ÁREAS DE DEFICIÊNCIA	POPULAÇÃO	PERCENTAGEM
Deficiência Mental (D.M.)	7.250.000	5%
Deficiência Física (D.F.)	2.900.000	2%
Deficiência Auditiva (D.A.)	2.175.000	1,5%
Deficiência Múltipla	1.450.000	1%
Deficiência Visual (D.V.)	725.000	0,5%
TOTAL	14.500.000	10,0%

Nesta mesma proporção, a Organização das Nações Unidas (ONU) quantifica o contingente de portadores de deficiência nos demais países do mundo. Segundo essa quantificação, a Terra conta hoje com cerca de 600 milhões de habitantes portadores de algum tipo de deficiência. Se considerarmos os familiares, cerca de 25% da população do planeta estão diretamente envolvidos com a deficiência.

Para chamar a atenção sobre este segmento, comumente marginalizado e estigmatizado, a ONU decretou a **Década das Pessoas Portadoras de Deficiência (1983-1992)**. Para unificar as ações que seriam implementadas internacionalmente, a ONU criou em 1983 o documento intitulado **Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas Portadoras de Deficiência** que, em seu parágrafo 27, diz o seguinte:

“Das pessoas com deficiência deve-se esperar que desempenhem seu papel na sociedade e cumpram suas obrigações na qualidade de adultos. A imagem das pessoas com deficiência depende de atitudes



Fotografia de Norma Pottel para a Fundação Leonard Cheshire (NN.UU. - 1981)

sociais baseadas em diferentes fatores que podem constituir a maior barreira à participação e à igualdade. Vê-se a deficiência - refletida na bengala branca, nas muletas, nos aparelhos auditivos e nas cadeiras de rodas - mas não a pessoa. É necessário evidenciar a capacidade das pessoas com deficiência e não a sua deficiência”.

A sociedade desenvolve vários sentimentos em relação aos portadores de deficiência. Vítimas ou heróis, dignos de pena ou inspiradores de sentimentos de culpa e rejeição, infantilizados, subestimados, considerados incapazes, quando muito, capazes de oferecer “aquela lição de vida, apesar de condenados a uma cadeira de rodas”. São pessoas sempre encaradas como um caso à parte, nunca como apenas pessoas, iguais às outras.

Entre os vários estígmata que cercam este segmento da população, é uma tendência comum considerar, por exemplo, DEFICIÊNCIA como o oposto de EFICIÊNCIA, formando um conceito cem por cento falso. O oposto de EFICIÊNCIA é INEFICIÊNCIA, o que nos remete a uma outra avaliação fundamental: Uma deficiência deve ser compreendida como a falta de uma PARTE e não como a falta do TODO.

Considerando também que a terminologia reflete a postura social em relação ao tema, adotou-se a expressão PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA. Esta caracteriza que a deficiência está **na pessoa**, mas não é **a pessoa**. A abordagem que reduz a pessoa à sua deficiência gera e reforça o preconceito.

As idéias preconcebidas pretendem ser sempre vitoriosas sobre a realidade. Entender que as pessoas são iguais, respeitando-se as diferenças individuais é o primeiro passo para uma abordagem mais substantiva, menos adjetiva e, portanto, mais pertinente ao papel do profissional da comunicação social.

2. AVALIAÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL: DA TUTELA À CIDADANIA

Até meados da década de 70, a questão da deficiência no Brasil sempre foi encaminhada pelos técnicos ou responsáveis considerados especialistas neste assunto. A meta principal desses profissionais era o atendimento especializado aos portadores de deficiência dentro de instituições.

As primeiras entidades organizadas em nível nacional foram o Conselho Brasileiro para o Bem-Estar dos Cegos, fundado em 1954, a Federação Nacional das APAEs, criada em 1962, a Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, em 1970, e a Federação Brasileira de Instituições de Excepcionais, fundada em 1974.

Em 1979, acompanhando um movimento mundial detonado pela ONU, ao instituir o **Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD)**, alguns grupos organizados e dirigidos por portadores de deficiência de vários tipos começaram a se reunir para preparar o segmento. Como consequência, aconteceu em Brasília em 1980 o I Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, que contou com a presença de cerca de 1.000 participantes, incluindo cegos, surdos, deficientes físicos e hansenianos, vindos de todo o Brasil.

Neste encontro, aprovou-se a primeira pauta de lutas do segmento, criou-se a primeira entidade representativa, a Coalizão Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, englobando todas as áreas de deficiência, e definiu-se a política a ser adotada durante o AIPD. **A principal característica do movimento que surgia foi a representação pelos próprios portadores de deficiência e não mais pelos especialistas.**

O ano de 1984 foi decisivo do ponto de vista da estrutura de movimento. Fundaram-se a Federação Brasileira de Entidades de Cegos (FEBEC), a Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF), a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS) e o Movimento de Reintegração dos Hansenianos (MORHAN). Além disso, em dezembro do mesmo ano, fundou-se o Conselho Brasileiro de Entidades de Pessoas Deficientes para reunir as quatro entidades e substituir a referida Coalizão Nacional. O Conselho atuou até 1986 e hoje se encontra desativado.

Toda esta estrutura foi organizada e gerida pelos próprios portadores de deficiência sob o lema do AIPD: **“Participação Plena e Igualdade”**, lançando no Brasil o movimento de auto-ajuda em torno de um segmento até então tutelado pelo Estado e pelas instituições assistenciais.

Em 1985, foi fundada a Sociedade Brasileira de Ostomizados (SBO), inicialmente atuando isolada e, hoje, integrada ao movimento nacional. Já em 1987, os paralisados cerebrais, antes representados pelas entidades de deficientes físicos ou mentais, fundaram a Associação de Paralisia Cerebral do Brasil (APCB).

Paralelamente ao movimento de auto-ajuda e, pode-se dizer, como uma das consequências de suas reivindicações, o Governo começou a se estruturar para criar uma política em favor das pessoas com deficiência, processo que teve início a partir das instituições de educação especial.

Na busca de maior autonomia e após um longo período de lutas, criou-se em 1973 o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). Vinculado ao Ministério da Educação, o CENESP passou a centralizar ações para a expansão e melhoria da educação especial em todo o território nacional, abrangendo em sua estrutura básica o Instituto Benjamin Constant (IBC) e o

Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Treze anos depois, em 1986, foi concebida a idéia de uma Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), com base no Plano Governamental de Ação Conjunta para Integração da Pessoa com Deficiência. Finalmente em 1987, o Presidente da República criou, por decreto, a CORDE, que foi confirmada pelo Congresso em outubro de 1989 através da Lei nº 7.853.

Esta lei estabelece normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência e sua efetiva integração social. Além disso, a CORDE - atualmente órgão específico do Ministério do Bem-Estar Social - tem a competência de normatizar, articular e coordenar as ações em nível federal, nas áreas de atendimento ao segmento.

No nível dos governos estaduais e municipais, surgem órgãos de apoio às pessoas com deficiência, com a participação ativa dos representantes do movimento. Dentro dos partidos políticos surgem candidaturas de portadores de deficiência, muitos ocupando atualmente cargos nos três níveis do poder legislativo.

Durante a década de 80, deu-se também a expansão do movimento em nível internacional, passando a ONEDEF a representar a área da deficiência física junto ao Disabled Peoples' International (DPI), através do seu Conselho Latino-Americano. Os cegos se filiaram à União Mundial de Cegos (OMC) e à União Latino-Americana de Cegos (ULAC). Os surdos, através da FENEIS, estão ligados ao World Federation of the Deaf (Federação Mundial dos Surdos), ampliando sua atuação política e amadurecendo suas lideranças.

O trabalho dessas lideranças foi decisivo para uma das principais etapas desta luta travada na década de 80 - **uma mudança de postura em relação aos portadores de deficiência**. O paternalismo teria que dar lugar à equiparação de oportunidades. A tutela seria substituída pela cidadania plena.

É essa a postura da nova **Constituição Brasileira**, promulgada em outubro de 1988. Uma das mais avançadas do mundo no assunto em questão, a nossa Constituição define, em todos os capítulos que tratam do Direito do Cidadão e do Dever do Estado, artigos específicos em relação aos portadores de deficiência.

3. CONQUISTAS NA PRÁTICA

Toda essa mobilização em torno da deficiência reflete o início de um processo de conscientização social, conseqüência clara da atuação do movimento de defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência,

principalmente impulsionado na década de 80 a partir do AIPD e na década (1983-1992) instituída pela ONU para este segmento.

Além dos recentes mecanismos de participação das próprias pessoas com deficiência, não mais como objeto das políticas traçadas para o segmento e sim como sujeitos desta transformação social, outras conquistas concretas podem ser notadas. Eis algumas:

1. Com respeito ao **direito de ir e vir**, por exemplo, seis importantes cidades brasileiras, entre elas Rio de Janeiro e São Paulo, já oferecem parte de sua frota de ônibus coletivo adaptada ao usuário em cadeira de rodas. Cresce o número de municípios interessados na redução de suas barreiras arquitetônicas. Neste sentido, o Estado do Paraná reflete esta disposição possuindo duas cidades-modelo: Curitiba e Maringá.
2. No campo do **mercado de trabalho**, são também vários os exemplos de empresas, principalmente ligadas ao Estado, que abrem suas portas aos portadores de deficiência. As empresas privadas, geralmente as de grande porte como a White Martins e a IBM do Brasil, de origem multinacional, também iniciam programas de absorção de funcionários com deficiência. Concomitantemente, um expressivo número está desenvolvendo atividades profissionalizantes e, através de convênios com empresas, no mercado de trabalho.
3. A **educação** passa por um período de profundas mudanças de postura, abrindo espaço para a integração de alunos portadores de deficiência no sistema regular de ensino, com **pessoal e serviços de apoio** (professor supervisor, professor itinerante, salas de recursos etc.) destinados às suas necessidades educacionais especiais.
4. Estão sendo criadas **entidades de serviço** geridas pelos próprios portadores de deficiência, visando ampliar os escassos recursos comunitários disponíveis a este segmento. Em 1988, foi fundado o Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro (CVI-RJ), que é o primeiro na América Latina. Ele é coordenado por uma equipe de profissionais portadores de deficiência que informam e orientam o segmento, suas famílias e comunidades. O CVI-RJ vem desenvolvendo um Banco de Dados sobre deficiências e está ligado ao movimento internacional de vida independente, que lhe oferece respaldo neste trabalho pioneiro.
5. No campo dos **esportes**, onde estão os maiores índices de mobilização de pessoas com deficiência, o Brasil vem se consagrando e já atingiu importantes resultados no *ranking* internacional.

Mas estas e outras conquistas não chegam a significar, de fato, uma melhoria para as condições de vida dos portadores de deficiência e suas famílias. A maioria destes recursos nem chega ao conhecimento da população direta e indiretamente interessada, sendo a **falta de informação** um dos mais sérios problemas do segmento.

Além da desinformação, temos que considerar como fundamentais os problemas socioeconômicos de todo o povo brasileiro. As causas e conseqüências mais graves da deficiência no Brasil vêm da falta de infra-estrutura básica que afeta cerca de 60% dos 150 milhões de habitantes. Esse percentual compreende os indivíduos considerados carentes. E as causas são a miséria, a subnutrição e a falta de prevenção, educação, saneamento básico, entre outras.

Por outro lado, nos grandes e desenvolvidos centros urbanos, é crescente o índice de violência, de assaltos a mão armada e de acidentes automobilísticos, os quais causam deficiências em milhares de pessoas e um número de mortes anual equivalente a todas as baixas da guerra do Vietnã. Devido às más condições de vida e de trabalho, 50 mil brasileiros morreram nos últimos 10 anos em acidentes de trabalho. São atualmente cerca de 3 mil acidentes de trabalho anunciados por dia, que causam variados tipos de deficiência.

É essa a realidade que determina a mais geral falta de assistência à grande maioria dos 15 milhões de portadores de deficiência. Sem informação e sem recursos financeiros, envolvidos em um contexto onde a sobrevivência é a principal luta, os portadores de deficiência ficam esquecidos num canto pela família, pela comunidade e pelas autoridades. Ficam marginalizados do convívio social, sem cidadania, sem dignidade.

Certamente este problema crônico não anula as já citadas conquistas que vêm sendo obtidas em torno do segmento. Apenas reduz a sua penetração a curto e médio prazos. Mas a primeira etapa está sendo alcançada: a **conscientização**. É ela que de fato poderá reverter esta situação e já conseguimos sentir suas conseqüências concretas.

Afinal, não é possível esperar que toda uma sociedade se transforme primeiro para depois transformar também a situação de abandono de um segmento expressivo da população geral. Para isso, é necessário o apoio de toda a sociedade. E esse apoio passa, obrigatoriamente, pela **informação** e pelos **meios de comunicação de massa**.

DEZ PROPOSTAS PARA UMA BOA ABORDAGEM

A primeira preocupação de um trabalho como este é com o poder crescente que têm **os meios de comunicação de massa** na transmissão e formação de imagens. Como é sabido, a realidade primária não pode ser captada em seu estado bruto. Ela chega ao nosso conhecimento através de idéias prévias que temos ou que nos são passadas por nossos informadores. As teorias, as ideologias, as definições e ainda as simples palavras orientam e desorientam a nossa percepção.

As 10 sugestões que se seguem foram extraídas de vários documentos que tratam do tema "Informação e Deficiência", nos quais este Manual se inspirou, em especial a publicação **Discapacidad y Medios de Información**, do Real Patronato de Prevención y Atención a Personas con Minusvalía, do Ministério de Assuntos Sociais da Espanha.

1. MOSTRE O LADO POSITIVO DA DEFICIÊNCIA

Baseie a informação na capacidade em vez de focar apenas as limitações. Evite enfoques desnecessários ou prolongados sobre aparelhos, tais como bengalias, muletas etc.



Evite mencionar a deficiência em uma reportagem informativa, a menos que seja um fato relacionado com a história a contar.

Dirija a entrevista de forma que sejam enfatizadas as capacidades, os êxitos e as qualidades humanas.

2. DÊ ATENÇÃO ÀS SOLUÇÕES

Repasse ao público informações sobre prevenção e tratamento daquelas enfermidades que podem se converter em deficiência, assim como informações sobre a disponibilidade de serviços para as pessoas com deficiência e suas famílias. Isso pode ser feito através de campanhas de utilidade pública ou de forma integrada dentro da produção regular dos meios de informação. (Veja "Deficiência Mental e Imagem Social", mais adiante)



3. PERMITA QUE AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA FALEM POR SI MESMAS

Sempre que for possível, permita que as pessoas com deficiência, inclusive mental, falem por si mesmas.

Consulte os portadores de deficiência e suas entidades representativas sobre abordagem e terminologia tecnicamente corretas, no trato da questão da deficiência, para evitar imagens estereotipadas. (Veja o Anexo I)

4. USE O TERMO "PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA"

Considere cuidadosamente as palavras utilizadas para descrever e caracterizar o segmento dos portadores de deficiência. Detecte e evite frases que possam rebaixar estas pessoas.

Apresente as pessoas com deficiência mental através de termos que sejam aceitáveis para qualquer outra pessoa.

Considere o valor individual de cada um, dizendo: "pessoa que tem uma deficiência". Esta forma é preferível àquela que diz: "pessoa deficiente", pois esta limita a pessoa à deficiência que possui.

Posto que as pessoas não são circunstâncias, não rotule os indivíduos como "os deficientes, os epiléticos, os poliomielíticos etc." Em vez disso, diga: "gente (pessoa)

que tem deficiência (epilepsia, paralisia cerebral, seqüela de pólio etc.)."

Quando escrever sobre pessoas portadoras de deficiência, escolha palavras que não carreguem juízos de valor e que sejam descrições precisas.

5. EVITE A IMAGEM DE GUETO

Apresente as pessoas portadoras de deficiência como parte da população geral que aparece nas mensagens dos meios de comunicação, além de apresentá-las em produções e textos específicos sobre a deficiência.

Apresente estas pessoas em situações em que apareçam desfrutando da companhia também de pessoas não-portadoras de deficiência.

Estas pessoas devem ser apresentadas em situações que sejam típicas de outras pessoas de sua idade e comunidade.

As pessoas com deficiência devem ser enfocadas como membros da sociedade, cidadãos que colaboram e produzem.

Mostre empregadores e empregados portadores de deficiência, que trabalham também em cargos e/ou funções incomuns a este segmento.

Mostre estas pessoas também como figurantes e em papéis secundários que não centrem a atenção em suas deficiências.

Inclua estas pessoas na publicidade, já que o número delas está em torno de 15 milhões, sem contar seus familiares e amigos que comem, vestem, compram e consomem os produtos anunciados.



Não utilize as diferenças entre as pessoas para agrupá-las em guetos, pois isto reforça atitudes segregacionistas (Fulano é "uma delas") ao contrário de atitudes inclusivas (Fulano é "uma de nós"). E esta é uma das barreiras para a aceitação e a integração social.

6. CUIDADO COM OS MITOS

Deve-se evitar apresentar as pessoas portadoras de deficiência como dependentes ou em estado lastimoso. Outros estereótipos que devem ser evitados incluem a apresentação destas pessoas como objetos intrínsecos de admiração, como se fossem assexuadas, gratuitamente perigosas ou singularmente dotadas de alguma habilidade especial causada como compensação da deficiência.

Mostre estas pessoas em situações e atitudes que não exagerem nem suas aptidões nem suas limitações.

Não coloque estas em um pedestal só porque elas "são assim".

7. NÃO CARREGUE NAS TINTAS

Mostre os êxitos e as dificuldades das pessoas portadoras de deficiência sem insistir na deficiência ou sem exagerar a carga emocional dos fatos. Não utilize pieguice e sensacionalismo na abordagem. Por exemplo, no texto das notícias e nos documentários só se deve assinalar o fato de uma pessoa ter uma deficiência quando essa informação for diretamente pertinente.

Sempre que possível, ponha ênfase também na descrição das conquistas comuns, além dos pontos de interesse jornalístico daquelas pessoas "fora de série".

8. VEJA TODOS OS LADOS DA QUESTÃO

Apresente as pessoas com deficiência da mesma forma multidimensional com que mostra as demais pessoas.

Integre a deficiência de uma pessoa com a sua identidade total. Isto inclui mostrá-la experimentando a dor, o prazer, o desejo etc. que as demais pessoas experimentam: sentimentos que derivam de atividades criativas, de trabalho, paternidade, sexo, educação e participação na comunidade.

Mostre que estas pessoas são cidadãos, com as mesmas potencialidades e fragilidades das demais pessoas.

9. PREFIRA INFORMAÇÃO NORMALIZADORA



Fotografia de Pessoa da National Easter Seals Society, ILLINOIS, EUA

Mostre as pessoas portadoras de deficiência, inclusive mental, em situações normais de trabalho, na escola, no lazer, nas compras, namorando e em uma variedade de outras situações sociais e físicas comuns a toda a comunidade.

Mostre estas pessoas desenvolvendo atividades de vida diária comuns: fazendo compras, preparando o jantar, cuidando dos filhos etc.

Represente as pessoas com deficiência mental em situações que sejam típicas de outras pessoas de sua mesma idade e comunidade.

10. VEICULE INFORMAÇÃO ACESSÍVEL E PERMITA O ACESSO DAS PESSOAS À INFORMAÇÃO



Leve em conta a curiosidade natural e a eventual posição embaraçosa que pode se produzir em situações sociais que incluem pessoas com deficiência. Quando for apropriado, ofereça exemplos em que, de forma positiva, esta curiosidade seja satisfeita e que se possa superar a situação embaraçosa.

Quando apresentado a um portador de deficiência, o correto é o oferecer a mão para o cumprimento. Você pode estender a sua mão, mesmo para as pessoas que tenham uso limitado da mão ou utilizem uma mão artificial.

Trate os adultos com deficiência como adultos. Fale diretamente a uma pessoa com deficiência sem usar intermediários (como, por exemplo, algum acompanhante que esteja por perto dessa pessoa).

Não fique "cheio de dedos" em usar expressões corriqueiras que possam parecer inconvenientes. Por exemplo, "Você viu isto?" para um cego; "Venha correndo" para alguém que ande em cadeira de rodas. Tais expressões são normais e aceitáveis.

Se você oferecer ajuda a uma pessoa portadora de deficiência, espere que a ajuda seja aceita e então escute ou peça instruções sobre como a pessoa quer ser ajudada.

Ao realizar eventos sociais, leve em conta as necessidades especiais das pessoas com deficiência, tais como acessibilidade do meio físico através da remoção de barreiras arquitetônicas.

4.1. UM CONTRA-EXEMPLO

Os meios de comunicação se servem de palavras e imagens para representar a deficiência e suas conseqüências. A correta escolha das vozes, das formas e de suas composições não é coisa fácil.

Tomemos como exemplo o texto intitulado "Stephen Hawking", pinçado na imprensa diária da Espanha. Ele aparece no manual **Discapacidad y Medios de Información**, anteriormente citado.

STEPHEN HAWKING

"Impressiona ver como um dos mais potentes cérebros do mundo se alberga em um ser castigado por uma terrível enfermidade. E assombra e admira a força deste misterioso fluido que chamamos 'inteligência', capaz de adivinhar fenômenos e estabelecer as mais complicadas leis físicas do triste reduto de uma cadeira de rodas. Poderia se pensar que este cérebro, impossibilitado de cumprir as funções normais de qualquer ser humano, forçado a um isolamento quase total, concentra todo o seu poder na investigação dos mais abstratos e difíceis problemas. O mais indefeso dos homens é, talvez, o mais inteligente. Um paradoxo exemplar."



Esta notícia sobre o físico inglês Stephen Hawking contém, sem sombra de dúvida, um ato falho perfeito. A última frase ("Um paradoxo exemplar") resume toda a informação. Hawking é considerado um revolucionário da física moderna. Além disso, é portador de uma doença degenerativa. Pode-se afirmar que Hawking é a imagem que boa parte da mídia procura. Ele é realmente um gênio. Por outro lado, dependendo da publicação, ele aparece "confinado" ou "entrevado" em uma cadeira de rodas.

A notícia aqui reproduzida evidencia outros paradoxos exemplares a partir de idéias equivocadas que costumamos ter sobre as pessoas com deficiência. O redator especula que "o cérebro, impossibilitado de cumprir as funções normais de qualquer ser humano (...) concentra todo o seu poder na investigação".

Primeiro, eleva Hawking a uma outra categoria que não a humana. Segundo, se o cérebro estivesse realmente impedido, como poderia desenvolver complexas teorias físicas? Esta dedução nasce da falsa idéia de que, como o portador de deficiência não pode ser uma pessoa normal com virtudes e defeitos, ele tem de desenvolver compensações.

É o mesmo que afirmar que a música de Beethoven melhorou quando ele foi perdendo a audição. Ora, a música de Beethoven será eterna porque ele era um virtuoso. O próprio Hawking brinca com essa situação numa conversa com o físico Kip Thorne. Quando questionado sobre os efeitos da doença sobre sua carreira, Hawking disse que ela melhorou seu desempenho, pois ninguém lhe pedia para organizar cursos ou dar aulas comuns. Como bom inglês, ele também ironiza o sucesso de seu livro "Uma Breve História do Tempo":

"É indubitável que o interesse humano de minha história - como me arranji para ser um físico teórico apesar de minha enfermidade - contribuiu para o sucesso do livro. Mas aqueles que tiverem comprado o livro por seu possível conteúdo humano, certamente terão se decepcionado, uma vez que existem apenas umas poucas alusões às minhas circunstâncias pessoais. Trata-se de uma história do Universo e não da minha. Por que tanta gente comprou o livro? Para mim é difícil ser objetivo e, assim, me apoiarei no que outros disserem. A maioria das resenhas é pouco esclarecedora e costuma seguir a fórmula: 'Stephen Hawking sofre do mal de Lou Ghering ou de uma enfermidade neuromotora. Está confinado a uma cadeira de rodas, não pode falar e pode mover apenas um número x de dedos (onde x parece variar de uma a três, conforme o descuidado artigo a meu respeito que o autor da resenha tenha lido), no entanto escreveu seu livro abordando as mais importantes perguntas: de onde viemos, para onde vamos?'"

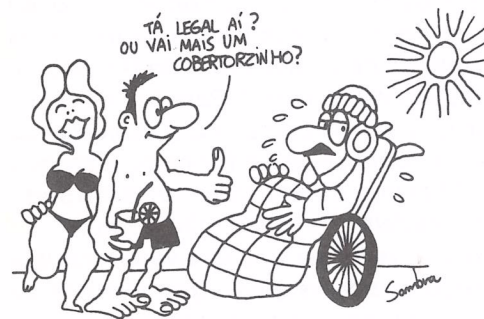
O curioso em Hawking é que ele desafia os estereótipos que cercam o próprio perfil de um cientista tradicional: seriedade, racionalismo, discrição. Casado, pai de três filhos, adora uma festa e tem como *hobby* viajar pelo mundo com a família. Para se comunicar, ele usa um sistema de computador. Este repassa a um sintetizador de voz que emite as informações de Hawking. É um processo lento de comunicação, mas os jornais adoram.

Mundo sutil este das imagens. A cadeira de rodas motorizada é um instrumento de vital importância para o físico, embora sem o apelo da informática. Os dois objetos - cadeira e computador - ajudam a independência de Hawking, mas o primeiro, no campo dos estereótipos, dificulta, aprisiona, e o segundo facilita, liberta. A imagem de Hawking na cadeira também dá margem a interpretações bem-intencionadas e equivocadas: "O mais indefeso dos homens é, talvez, o mais inteligente".

Será que Hawking é o mais indefeso dos homens? Relativo esse conceito. Pode ser um menino subnutrido na Etiópia ou no Brasil. E mesmo que fosse o mais desamparado dos homens, o que isso tem a ver com a inteligência? Invertendo a situação, mas conservando o preconceito sugerido, Arnold Schwarzenegger, um dos homens mais fortes do mundo, o menos indefeso dos homens, seria então o menos inteligente! Mesmo sem perceber, o redator foi autocrítico ao terminar o artigo: "Um paradoxo exemplar".

Nesta mesma linha de raciocínio, propomos ao leitor um teste de percepção sobre o tema:

COMO VOCÊ REPRESENTARIA GRAFICAMENTE UM PORTADOR DE DEFICIÊNCIA EM CADEIRA DE RODAS?



Seja qual for a sua resposta, a mais típica das representações do portador de deficiência, no caso física, é a imagem estereotipada - exaustivamente reproduzida - da pessoa em cadeira de rodas, usando um cobertor xadrez sobre as pernas.

A utilização constante desta imagem reflete a falta de atenção e de reflexão dos profissionais de

comunicação, que reproduzem sem qualquer critério ou avaliação, informações transmitidas historicamente.

Da mesma forma que, no Brasil, se consome a imagem de Papai Noel cercado de neve em pleno trópico, assim ocorre com os usuários de cadeira de rodas que tiveram suas primeiras imagens veiculadas nos meios de comunicação de massa, vindas da fria Europa do pós-guerra, quando milhares de combatentes se tornaram paraplégicos.

Ocorre que, devido à falta de movimentação e à pouca circulação sanguínea nas pernas destas pessoas, a sensibilidade ao frio é maior. No caso dos países europeus, pela baixa temperatura verificada durante a maior parte do ano, uma das formas utilizadas para aquecer as pernas é o cobertor. No Brasil, onde este procedimento certamente não se justifica, a conotação dada ao "cobertor xadrez" é a de algo que esconde a parte paralisada do corpo.

As campanhas de utilidade pública veiculadas na mídia, as telenovelas e mesmo as peças de teatro e o cinema ainda não desenvolveram uma percepção crítica em relação a este estereótipo que reforça, principalmente em países quentes como o Brasil, a idéia de vergonha do corpo, deformação, feiúra e depressão.

Dentro do mesmo raciocínio, analisemos o estigma que recai sobre a própria cadeira de rodas enquanto objeto. Comumente encarada como um símbolo de mau agouro, a cadeira de rodas ganha a representação de todos os valores negativos em relação à deficiência.

É frequente os meios de comunicação se referirem aos usuários como "condenados", "confinados", "presos" à cadeira de rodas. A cadeira é apenas um equipamento, um recurso utilizado para suprir a dificuldade de locomoção. Portanto, um instrumento para a independência, a liberdade, a vida.

De uma forma geral, as alusões a pessoas com deficiência devem ser feitas evitando-se a valorização excessiva da deficiência. Superestimar ou subestimar o indivíduo, baseando-se apenas no que denota sua deficiência, é um sério erro que sempre reforça estigmas e preconceitos. Cada indivíduo é único e deve ser respeitado como tal. Os portadores de deficiência desejam ser considerados apenas como pessoas, com direitos e deveres iguais aos dos demais cidadãos.



Não utilize imagens e idéias preconcebidas que possam influir ou conduzir a interpretação do público. Evite, por exemplo, os seguintes termos:

Vítima de (...). Diga: PESSOA QUE TEM (...) ou PESSOA COM (...).

Condenado (ou **confinado** ou **preso**) **à cadeira de rodas.** Diga: USUÁRIO DE CADEIRA DE RODAS.

Simpatia, amor ao próximo, caridade. Prefira: RESPEITO, ACEITAÇÃO, SOLIDARIEDADE, RECONHECIMENTO (de sua capacidade).

Valente, corajoso, inspirado. A deficiência não traz e nem retira atributos da personalidade dos indivíduos. Não busque falsas compensações para minimizar as "marcas da deficiência", pois estará produzindo marcas muito mais profundas na mente da população em relação a estas pessoas.

Ceguinho, mudinho etc. Não use diminutivos para se referir a um portador de deficiência. Além de rotulá-lo, você estará infantilizando-o como se fosse uma "eterna criancinha desamparada". Trate-o pelo nome. Afinal, ele é um cidadão como os outros.

5. DEFICIÊNCIA MENTAL E IMAGEM SOCIAL

"Não existe imagem neutra de uma pessoa com deficiência mental. Se ela não for deliberadamente construída de maneira positiva, a sociedade continuará vendo os portadores de deficiência mental de acordo com suas concepções negativas, não vindo ao caso se isto é intencional ou não. E como as imagens negativas são profundas e poderosas, são necessárias ações deliberadas para combatê-las".

Este conceito e os exemplos que se seguem foram extraídos do **Manual sobre Como Apresentar as Pessoas com Deficiência Mental**, elaborado por Ann Scheaker e adaptado do original *Think Positive* para o português pela Federação Nacional das APAEs.

Palavras são positivas ou negativas

A maneira através da qual organizamos as palavras carrega mensagens que são, em si, negativas ou positivas. Se falarmos ou escrevermos sobre o que as pessoas com deficiência mental não podem fazer, só estaremos confirmando aqueles velhos preconceitos. Se falarmos sobre a capacidade que elas possuem, promoveremos conscientização sobre o fato de serem indivíduos em crescimento e desenvolvimento.

Isso não significa sermos irrealistas. Não estaremos ajudando pessoas com deficiência mental se passarmos ao público uma falsa impressão da capacidade delas. Devemos sempre enfatizar os aspectos positivos. Como um exemplo de apresentação positiva e um outro de apresentação negativa, vejamos parte de uma campanha (imaginária) para angariar fundos.

Apresentação negativa

Pedro terá 8 anos pelo resto de sua vida.

Pedro tem oito anos. Mas ele não pode caminhar ou falar adequadamente. Como centenas de outras crianças, Pedro é deficiente mental profundo. Como elas, Pedro precisará de assistência carinhosa e uma equipe de profissionais treinados, pelo resto de sua vida.

Ajude-nos a continuar a prestar esta assistência, enviando sua doação para...

O que este anúncio transmite?

Diz que Pedro é uma eterna criança; ele nunca se desenvolverá; não manterá relacionamentos; sempre será inútil e dependente; ele é simplesmente como centenas de outros e não um indivíduo. Você não pode fazer nada além de mandar dinheiro, pois ele precisa de uma equipe especialmente treinada.

Este tipo de anúncio confirma muitos estereótipos negativos sobre as pessoas portadoras de deficiência mental. Convida os leitores a pagarem algo à associação que anuncia para mantê-los longe de nós.

Apresentação positiva

Pedro tem 8 anos está crescendo rapidamente.

No ano passado, Pedro deu seu primeiro passo sem ajuda de ninguém. Ele está se tornando cada vez mais independente à medida que explora sua comunidade e faz novos amigos. Pedro gosta de aprender a comunicar-se com eles. Como outras crianças com deficiência mental severa, Pedro está aprendendo mais do que julgávamos há alguns anos. Ajude-nos a auxiliá-lo a encontrar a assistência especializada de que ele precisa - e amigos - que tornem válido seu esforço.

O que este anúncio transmite?

Diz que Pedro tem uma deficiência mental severa e não é, claramente, tão capaz como outros de sua idade, mas que ele está aprendendo a falar e a se comunicar. Diz que ele tem amigos, gosta de viver. Ele pode continuar a progredir, se receber a ajuda de que precisa.

Aqui se apresenta uma imagem realista e positiva de crianças que possuem deficiência mental. Convida os leitores a contribuírem para a associação que anuncia de uma maneira a não excluir o trabalho voluntário e a contribuição em dinheiro.

Esta mesma abordagem na descrição de indivíduos com deficiência mental vale para a apresentação de situações em que eles estão inseridos. Aqui também existem maneiras positivas e negativas de passar informações.

6. TERMINOLOGIA

O termo-chave deste documento é DEFICIÊNCIA, que corresponde ao inglês DISABILITY e ao espanhol DISCAPACIDAD. Assim, o termo PEOPLE WITH A DISABILITY (também PEOPLE WITH DISABILITIES) ou PERSONAS CON DISCAPACIDAD é traduzido como PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA ou, ainda, PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.

Este termo é genérico e se refere a todo o segmento, independentemente do tipo de seqüela ou característica da deficiência. Quando utilizamos o termo **peessoas portadoras de deficiência**, estamos nos referindo a cegos, surdos, paraplégicos, paralisados cerebrais e outros. Os diversos tipos de deficiência também podem ser referidos como **deficiências físicas, sensoriais, orgânicas ou mentais**.

Dentro da terminologia aceita pelo pessoal técnico, o termo **peessoas portadoras de necessidades especiais** é mais uma nomenclatura que existe e é adotada por algumas instituições de atendimento a portadores de deficiência.

Palavras como **aleijado, inválido, mutilado, anormal**, embora ainda encontradas na mídia, são carregadas de preconceito e, portanto, contrárias aos critérios que regem este documento.

Para aclarar melhor as diferentes deficiências, passaremos a definir, um a um, os principais tipos, utilizando como base o documento *Portraying People with Disabilities*, da National Easter Seal Society, Chicago, EUA.

- **DEFICIÊNCIA SENSORIAL.** Divide-se em VISUAL e AUDITIVA.
 - **DEFICIÊNCIA VISUAL.** Refere-se a uma perda total (também CEGUEIRA) ou parcial da visão.
 - **DEFICIÊNCIA AUDITIVA.** Refere-se a uma perda total (também SURDEZ) ou parcial da audição.
- **SURDO-CEGUEIRA.** Refere-se à surdez e cegueira existentes ao mesmo tempo numa pessoa.
- **DEFICIÊNCIA DA FALA.** Refere-se a um padrão de fala limitada ou dificultosa.

Obs.: Os termos **mudo** e **surdo-mudo** são incorretos, pois geralmente a dificuldade de fala, no caso dos surdos, é uma consequência da falta de audição.
- **DEFICIÊNCIA MENTAL.** Refere-se a um padrão intelectual reduzido e consideravelmente abaixo da média. DEFICIÊNCIA MENTAL LEVE, MODERADA, PROFUNDA ou SEVERA e também SÍNDROME DE DOWN são termos que indicam níveis de comprometimento.

Obs.: Expressões como **retardado mental, retardamento mental, retardo mental, débil mental, mongolóide, mongol**, entre outras, não são admitidas.
- **DEFICIÊNCIA FÍSICA.** Refere-se à perda ou redução da capacidade motora. Um procedimento comum é referir-se aos portadores de deficiência de qualquer tipo chamando-os todos como sendo **deficientes físicos**, o que é um equívoco pois desconsidera as pessoas com deficiência sensorial ou mental. A **deficiência física** engloba vários tipos de limitação motora. Os principais são os seguintes:

PARAPLEGIA (paralisia total ou parcial da metade inferior do corpo, comprometendo as funções das pernas). Geralmente, é causada por lesão da medula espinal ou por poliomielite.

TETRAPLEGIA (paralisia total ou parcial do corpo, comprometendo as funções dos braços e pernas). Possui as mesmas causas da paraplegia.

HEMIPLEGIA (paralisia total ou parcial das funções de um só lado do corpo).

As causas são as lesões cerebrais por enfermidade, golpe ou trauma.
AMPUTAÇÃO (falta total ou parcial de um ou mais membros do corpo).
MALFORMAÇÃO CONGÊNITA (anomalia física desde o nascimento).

PARALISIA CEREBRAL (termo amplo que designa um grupo de limitações psicomotoras resultantes de uma lesão do sistema nervoso central). Geralmente, os portadores de paralisia cerebral possuem movimentos involuntários, espasmos musculares repentinos, chamados **espasticidade**, que é verificada também em outros tipos de deficiência embora em menor intensidade. Ao utilizar a terminologia, atente para o fato de os músculos, e não a pessoa, serem espásticos. A paralisia cerebral oferece diferentes níveis de comprometimento, dependendo da área da lesão no cérebro. É impróprio concluir que uma pessoa com paralisia cerebral possui também deficiência mental. Embora haja casos de pessoas que têm paralisia cerebral e deficiência mental, estas duas condições não acontecem necessariamente ao mesmo tempo.

ANEXOS

ENTIDADES REPRESENTATIVAS NACIONAIS

- APCB - Associação de Paralisia Cerebral do Brasil. Caixa Postal 16.200, Rio de Janeiro RJ.
- CVI-RJ - Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro. LOTDP/PUC-RJ. Rua Marques de São Vicente 225, CEP 22451-041, Rio de Janeiro RJ.
- CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Ministério do Bem-Estar Social, Esplanada dos Ministérios, Bloco B, sala 735, CEP 70054-900, Brasília DF.
- FEBIEX - Federação Brasileira de Instituições de Excepcionais. Rua Real da Torre 91, CEP 50610-000, Recife PE.
- FENAPAE - Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais. SDS Edifício Venâncio IV - Cobertura, CEP 70393-900, Brasília DF.
- FENASP - Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi. Rua Odílio

Bacelar 48, CEP 22290-280, Rio de Janeiro RJ.

- FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos. Rua Major Ávila 379, CEP 20511-140, Rio de Janeiro RJ.
- ONEDEF - Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos. Rua Manuel Camelo 193, CEP 58050-570, João Pessoa PB.
- SBO - Sociedade Brasileira de Ostomizados. Rua do Acre 47, sala 613, CEP 20081-000, Rio de Janeiro RJ.

BIBLIOGRAFIA

- DISCAPACIDAD E INFORMACIÓN. Autores: Demetrio Casado, Barbara Duncan, Hugo García Garcilazo, Barbara Kolucki, Ramón Puig de Bellacasa e Pablo del Rio. Editor: Ministerio de Asuntos Sociales e Real Patronato de Prevención y de Atención a Personas con Minusvalía, Madrid, 2ª edição, julho de 1990.
- DISCAPACIDAD Y MEDIOS DE INFORMACIÓN. Autores: Demetrio Casado, Francisca Coletto, Margarida Martinez Gomes, Mercedes Sanchez e o Centro del SHIS. Editor: Ministerio de Asuntos Sociales e Real Patronato de Prevención y de Atención a Personas con Minusvalía, Madrid, 2ª edição, maio de 1990.
- ÉTICA E LEGISLAÇÃO: OS DIREITOS DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NO BRASIL. Organizador: Rosângela Berman Bieler. Editor: Rotary Club do Rio de Janeiro, 1990.
- IMAGENS DO DEFICIENTE APRESENTADAS AO GRANDE PÚBLICO. Autor: Philippe Saint-Martin. Editor: Conselho Técnico do Grupo dos Intelectuais Deficientes Físicos, Casa da UNESCO, Paris.
- MANUAL DE ESTILO. Autor: Organización Mundial de Personas Impedidas. Editor: Consejo Real Latino-Americano, Servicio de Prensa y Comunicaciones.
- MANUAL SOBRE COMO APRESENTAR AS PESSOAS COM

DEFICIÊNCIA MENTAL. Autora: Ann Scheaker. Editor: Liga Internacional de Associações Pró-Pessoas com Deficiência Mental e Federação Nacional das APAEs, Brasília DF, 1989.

- PORTRAYING PEOPLE WITH A DISABILITY. Editor: National Easter Seal Society, Chicago.
- PREVENTIVE HEALTH: CAN WE IMPROVE OUR COMMUNICATIONS ABOUT PEOPLE WITH A DISABILITY? Autora: Gina Gill. Editor: UNICEF, Kathmandu, outubro de 1990.
- THEY AREN'T IN THE BRIEF. Editor: King's Fund Centre, Londres.
- WHY THERE IS NO DISABILITY JOURNALISM OR ARE WE READY FOR DISABILITY GLASNOT? Autor: Barbara Duncan. In: Information Letter # 3, 1988.

* * *

LIBRARY